

## **ANÁLISE DE CONJUNTURA**

**JUNHO 2019**

### **Resumo**

Esta análise abrange três áreas da vida do país, nomeadamente, a área política em que se analisam questões de paz e segurança (ataques de Cabo Delgado), os contornos do recém terminado recenseamento eleitoral e suas implicações na paz nacional, o surgimento de dois novos partidos políticos (PODEMOS e Nova Democracia), e por fim a polémica à volta do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos homens da Renamo. Na área económica é analisada a questão da dívida pública, a anulação da Ematum pelo Conselho Constitucional e suas implicações. A análise da área social é feita abordando as respostas governamentais, da sociedade civil e da comunidade internacional às duas tragédias dos ciclones IDAI e Kenneth.

### **I. SITUAÇÃO POLÍTICA**

#### **A. Paz e segurança – ataques de Cabo Delgado**

A persistência dos ataques em Cabo Delgado nas mesmas zonas por onde passou o ciclone Kenneth manifesta para todos uma crueldade que clama ao céu. Desde os inícios dos ataques confirmam-se mais de 295 civis e militares mortos em mais ou menos 110 ataques.

O Governo não dá explicações convincentes sobre os reais motivos dos ataques, nem sobre o trabalho que se está a realizar para acabar com eles. Pode ser porque não sabe ou por ele achar que não convém divulgar. O longo silêncio por parte do Governo, o silenciamento dos jornalistas e dos meios de comunicação, os relatos de abusos da parte dos militares, de insurgentes com fardamento militar e as declarações aqui e lá da detenção de mandantes, insurgentes, financiadores sem nenhuma prova eficaz do fim dos ataques suscitam receios na população sobre os verdadeiros interessados em criar confusão e eliminar a população.

No dia 6 de Junho o CSIS (*Centre for Strategic and International Studies*) realizou em Washington uma Conferência onde participaram expertos em questões de segurança para tratar sobre o crescimento de insegurança em Moçambique tentando compreender a insurgência no Norte de Moçambique: causas, mentores... fenómeno no qual afirmaram ter muitas lacunas. Os expertos consideraram não parecer haver conexão entre estes conflitos de origem local com os grupos radicais de Alshabab, Alquaeda, Boko Haram ou Estado islâmico e percebendo que a atitude do Governo moçambicano frente aos ataques dificulta a compressão dos ataques.

#### **B. Processo de recenseamento eleitoral**

Entre os dias 15 de Abril a 30 de Maio de 2019, realizou-se em todo o território moçambicano a actualização do recenseamento eleitoral. Organizações da sociedade civil acompanharam o processo através de observadores. Deram alguns dados importantes e significativos ao final deste processo:

i) Irregularidades:

- Dificuldades em obter os credenciais para poder observar o processo;
- Cidadãos que, depois de se recensearem, tiveram que entregar os seus cartões de eleitores para fins não conhecidos;
- Estrangeiros recensearam-se com a ajuda das autoridades locais;
- Menores de 18 anos foram recenseados;
- Muitos postos de recenseamento não abriram, outros, mesmo estando abertos, continuaram inoperacionais, e outros ainda, até ao dia 4 de Junho, não tiveram disponíveis os cadernos para poderem ser verificados pelos cidadãos eleitores;
- Avarias de equipamento; cobranças ilícitas nos postos de recenseamento; falta de recenseamento nos centros de acomodação das vítimas das inundações em Tete e do Idai em Sofala; fiscais do partido no poder assumiram, nalguns postos, funções de agentes de recenseamento.

ii) Suspeitas:

Estas manobras foram de tal maneira que nas províncias onde o partido no poder é mais forte houve recenseamento por acima do previsto. Porém, nas províncias onde é mais forte a oposição, o recenseamento foi “travado”. Desta maneira, nas províncias onde Pensa-se que força aumentarão o número de assentos na Assembleia da República entanto que nas outras províncias diminuirão. Por isso, a sociedade civil pergunta-se se as eleições do dia 15 de Outubro próximo serão livres, transparentes e justas? E está solicitando uma auditoria ao próprio processo de recenseamento.

**C. Novos partidos**

Neste ano surgiu o partido PODEMOS (Povo Otimista para o Desenvolvimento de Moçambique), que declara ser continuidade da AJUDEM associação que apoiou a candidatura de Samito Machel Junior para as eleições autárquicas de Maputo no ano passado. O partido diz ser composto por dissidentes da FRELIMO. Isto pode manifestar a cisão interna do partido e o desgaste da sua imagem. Ainda nasceu um outro novo partido “Nova Democracia”, fundado pelo antigo presidente do Parlamento Juvenil cujo objectivo é estar presente nas Assembleias provinciais e na Assembleia da República.

Por outra parte, parece que os três partidos tradicionais passam por momentos de crise interna e desgaste de imagem pública deixando uma certa incerteza sobre as possíveis escolhas nas próximas eleições.

**D. O processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)**

No dia 6 de Outubro de 2018, Moçambique fez o lançamento formal do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) das forças residuais da RENAMO (Jornal DW África, dia 6 de Outubro de 2018). Para tal, foi criado o Grupo Técnico Conjunto para o DDR, com sede na Beira, composto por membros das duas forças (Governo e RENAMO). Este processo está dentro do processo da descentralização.

Problemas:

- a) Os termos do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares (de Agosto de 2018) parecem não ser interpretados do mesmo modo pelas duas principais forças;
- b) Postura ambígua do presidente da república (ora pede, ora apela, ora exige à RENAMO) pode contribuir para a lenta resposta por parte da RENAMO;
- c) Conflito interno na RENAMO, ameaçando desestabilizar o partido com falta do consenso interno em relação à figura do líder Ossufo Momade;
- d) Desconfiança entre as duas forças e falta de clareza em relação às garantias de segurança e de verdadeira reintegração social por parte dos homens da RENAMO.

## **II. SITUAÇÃO ECONÓMICA**

Passados quase dois anos após a submissão de uma petição pela sociedade civil ao Conselho Constitucional (CC), para que este declarasse inconstitucionais as dívidas da Ematum, MAM e Proindicus, eis que a 3 de Junho de 2019, o CC respondeu positivamente por via do Acórdão número 5/CC/2019 de 3 de Junho. Nesse acórdão, os juízes conselheiros do CC sentenciaram “a nulidade dos actos inerentes ao empréstimo contraído pela Ematum e a respectiva garantia soberana conferida pelo Governo em 2013”, ficando ainda por responder às petições relacionadas com as restantes duas empresas do calote, a Proindicus e a MAM.

Os credores não sabem como vai terminar o processo, se vão poder recuperar o seu investimento ou não. Essa incerteza criada no seio dos credores motivou duas interpretações do alcance do acórdão com relação ao seu efeito: primeiro, debate-se a possibilidade ou não do CC tomar uma decisão diferente para as outras duas dívidas (Proindicus e MAM) – olhando para os factores que determinaram a decisão sobre a Ematum, não há dúvidas de que aqueles restantes empréstimos serão igualmente anulados. Segundo, discute-se a possibilidade ou não de Moçambique ter de pagar pelos títulos de dívida “eurobonds” que nasceram da Ematum – a interpretação da parte final do acórdão do CC diz-nos que não. Pois a anulação é extensiva a “todas as consequências legais” que terão derivado do processo de endividamento da Ematum.

A nível pastoral será muito útil usar o exemplo da união da sociedade civil, da sua organização, sua persistência e o uso do quadro legal e institucional existente para fazer face às decisões prejudiciais para o povo. O exemplo da cidadania activa demonstrada pelo FMO neste caso da Ematum deve ser replicado a nível nacional, nos municípios e nas províncias, nos diferentes sectores da vida, em defesa do interesse público.

## **III. SITUAÇÃO SOCIAL**

No dia 15 de Março chegou em Beira o ciclone IDAI e no dia 25 de Abril o KENNETH em Cabo Delgado. Como consequência disto:

- Cerca de 2,5 milhões de pessoas foram afectadas, dentre elas mais de 270.000 mil crianças;
- Quase o 70% das instalações educativas foram total ou parcialmente destruídas;
- A rede de saúde ficou afectada em mais de 80%;
- Ainda não se tem um número real das pessoas que perderam a vida pelos Ciclones e pelas cheias;
- As comunicações (estradas, rádios, telefonia móvel, internet...) viram-se afectadas, assim como a rede de água potável e de energia;
- Causou deslocamento de milhares de pessoas que viviam em zonas de risco, criação de centros de acomodação... Os campos de cultivo ficaram destruídos, os armazéns molharam seus

produtos de primeira necessidade, a colheita guardada para o consumo familiar de todo o ano, germinou e ficou inutilizável.

Porém:

- Chegou ajuda nacional e internacional; contabilizaram-se mais de 100 organizações nacionais e internacionais que se mobilizaram para dar ajuda as famílias atingidas pela tempestade, para além de voluntários nacionais e cidadãos de boa vontade. Muitas ONG se retiraram antes do mês porque havia um excedente de ONGs dedicadas a saúde.
- Muitos aproveitaram desta desgraça de uma maneira antiética e anticristã. Houve vandalização de algumas lojas, a população mesma batia nos vidros e abriam armazéns, as telhas do vizinho eram pilhadas...
- Os Ciclones, Idai e Kenneth, mostraram a grande solidariedade da comunidade internacional. Não estamos sozinhos. Mostrou também o rosto do nosso povo, um grande carinho que se manifestou em pequenos e grandes gestos de solidariedade, assim como a pobreza de aproveitar da desgraça para se beneficiar a si próprio.
- A fome que já era um problema em algumas zonas ou regiões do País, veio agravar-se drasticamente. Nos espera um ano muito duro, com muita fome e com a criminalidade que a fome provoca, em várias regiões do País.

A nível pastoral é urgente trabalhar na educação ambiental e no cuidado da nossa casa comum.